



»Entrevista | FRANCISCO TOJAL MATOS | VICE-PRES. DO FONAVID

Juiz também considera fundamental denunciar, punir e reeducar homens agressores: “Dores movem a Justiça”

“É preciso acolher as mulheres”

» VITÓRIA TORRES*

A violência contra a mulher é uma realidade persistente, que afeta, principalmente, e de forma desproporcional, negras e periféricas. Por isso, há uma articulação entre diferentes instituições para a construção de políticas judiciárias mais inclusivas e menos discriminatórias. Nesse contexto, o Judiciário tornou-se parte da luta pela proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade. Esse é o panorama apresentado, ontem, pelo vice-presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), Francisco Tojal Dantas Matos, em entrevista às jornalistas Mariana Niederauer e Adriana Bernardes, no PodCast do **Correio**. Matos sublinhou, na conversa, a importância da educação para transformar essa realidade. Acompanhe os principais trechos da entrevista.

Qual o objetivo dessa articulação com os principais órgãos ligados ao Judiciário?

Quando passamos a ver o mundo com lentes de gênero, raça e classe, tudo muda. É o tipo de coisa que a gente não tem como voltar atrás. Houve uma ruptura de paradigmas quando comecei a me envolver com essa temática. Acabei me tornando vice-presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica, que é o que me trouxe aqui. O nosso intuito é conversar com todo mundo sobre a construção de uma política judiciária mais inclusiva, humana e sensível, que enxergue, especialmente, as mulheres em situação de vulnerabilidade. O Judiciário precisa acolher essas pessoas.

Como deve ser esse acolhimento?

A Justiça atual não pode ser mais uma justiça cega, esse estereótipo já caiu por terra. A Justiça precisa enxergar quem são essas pessoas e acolhê-las, pois são as dores humanas que movem a Justiça.

Dores que deixam marcas para toda a vida...

A minha pesquisa de mestrado, feita na Vara de Violência Doméstica do Cabo de Santo Agostinho (PE), diz que 60% das mulheres que atendemos no período de 2016 a 2019 demoraram de um a cinco anos sofrendo atos de violência até prestar um boletim de ocorrência. Essas pessoas costumam sofrer muito, porque a violência doméstica é cíclica, como se fosse uma progressão criminosa. Começa com aqueles comentários sutis, com a restrição de roupa que vai usar, depois pega a senha das redes sociais, impossibilita de sair com aquela amiga de que gosta e, nessa escalada, o feminicídio é o ápice. É preciso denunciar o quanto

antes para que haja interrupção desse ciclo da violência.

Em que o Judiciário precisa aprimorar a sua atuação?

São três os papéis do juiz ou da juíza na violência doméstica. À luz da Lei Maria da Penha, sabemos que precisamos da punição, porque os estereótipos de gênero estão em todo lugar, a todo momento e nos atravessam em todas as nossas relações. Na questão do acolhimento, para que essas pessoas se sintam ouvidas e acolhidas dentro da instituição, elas passam por um processo de vulnerabilidade. Por fim, existe o papel educativo, dos direitos humanos, de conversar sobre o assunto.

Qual a importância da articulação de políticas públicas de Estado?

Sem políticas públicas, a gente não vai a lugar nenhum. Precisamos de destinação orçamentária para essa temática, de compromisso e articulação. Todo mundo é responsável pela violência doméstica. Desde você, por exemplo, que está em casa e escuta sua vizinha pedindo socorro. Se você silenciar, está contribuindo com esse tipo de comportamento. É inadmissível que, dentro de uma empresa, uma mulher e um homem que ocupam o mesmo cargo, com as mesmas funções, tenham salários diferentes. Essas posturas contribuem com a discriminação, o ódio e a violência.

Recentemente, vimos uma campanha incentivando homens a denunciar. Mensagens que jogam para a mulher a responsabilidade de sair do ciclo de violência devem ser repensadas?

São posturas que não se excluem, são complementares. A gente precisa falar num processo de reeducação de homens. Nós

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A violência contra mulher é perversamente democrática. Ela está em todos os espaços e em todas as classes sociais, mas, sem dúvida, as mulheres pretas são mais vulneráveis”

precisamos desaprender e reaprender o que é ser homem, ter uma linguagem mais simples e acessível para essas pessoas, mas a gente precisa reeducar os homens.

O senhor percebe uma mudança no perfil dos casos de violência?

As pessoas têm uma certa curiosidade de saber se as denúncias de violência estão aumentando porque há mais casos ou porque as pessoas estão tendo mais consciência. Acho que as mulheres estão mais conscientes dos seus direitos, de que existem ferramentas para interrupção do ciclo da violência e que é preciso interromper o quanto antes. Uma piada machista pode contribuir com um feminicídio lá na frente. A omissão é uma postura que coaduna com os comportamentos machistas.

No DF, a grande parte das mulheres vítimas de feminicídio ou de violência doméstica são periféricas, pretas e pobres. É um retrato do Brasil?

A mulher negra periférica é mais vulnerável do que a mulher branca. O que não significa dizer que mulheres brancas não sejam vítimas de violência. A violência contra mulher é perversamente democrática. Ela está em todos os espaços e em todas as classes sociais,

mas, sem dúvida, as mulheres pretas são mais vulneráveis por serem as que têm menos acesso à educação, por todas as questões estruturais do nosso país e as que têm menos acesso a empregos formais. O empoderamento econômico é uma ferramenta que contribui muito para a interrupção do ciclo.

Como o senhor vê a presença das mulheres no Judiciário?

Eu vibrei muito com a resolução da paridade de gênero do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Foi um grande avanço. Precisamos que as mulheres estejam em espaços de poder. Nós, homens, somos construídos não apenas para dominar outras mulheres, mas para dominar outros homens também. Infelizmente, nesta sociedade machista e patriarcal, o que é mais importante no contexto de vida da mulher é esse olhar ultrapassado sobre o casamento. Existem entraves, há pesquisas do Judiciário que falam que as mulheres acabam não progredindo na carreira da magistratura porque elas têm filhos. Elas acabam não chegando a cargos de gestão e sofrem mais dificuldades naqueles espaços por serem mulheres. Dia desses, tive que indeferir uma pergunta de um advogado, com base no protocolo. Ele perguntou se a mulher

tomava remédio controlado. Qual é a relevância de saber se a mulher toma remédio controlado? Naquele contexto, ele queria gerar uma desqualificação da palavra da mulher, reproduzindo estereótipo de que a mulher é louca e desequilibrada. Precisamos estar atentos a esses estereótipos.

Há algum conselho em relação ao carnaval?

A roupa, saia e o decote jamais podem ser justificativas para qualquer ato de violência. Acho que vale esse recado, a fantasia não pode ser um convite para a pessoa praticar qualquer ato de violência. Somos pessoas livres e podemos nos expressar de diversas maneiras. Então, não é porque uma mulher está usando uma roupa curta ou dançando que isso é um convite para você criar qualquer contato físico. Ninguém está falando da paquera, estamos falando da falta de respeito e de extrapolar os limites. O recado é que “Não é não”. Por favor, não vão para a cama com outra pessoa que não estiver em condições de expressar a sua vontade. Consentimento, respeito e liberdade são as palavras-chave de qualquer carnaval e de qualquer festa.

*Estagiária sob a supervisão de Vinícius Doria

PRESIDIÁRIOS

Comissão do Senado aprova fim da saidinha

» ALINE BRITO

A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que acaba com o benefício da saída temporária de presos em feriados, a chamada “saidinha”. O texto também estabelece o monitoramento eletrônico do preso em regime aberto ou semiaberto e a realização de exame criminológico como condição para progressão de pena.

Hoje, o uso da tornozeleira eletrônica é definido judicialmente, em casos de saída temporária ou prisão domiciliar. No caso do exame criminológico, conforme a legislação atual, a realização é facultativa, e a progressão de regime independe do resultado. Com a aprovação na CSP, o texto deve seguir para apreciação do Plenário, em regime de urgência a ser votado ainda hoje.

“É uma modernização da legislação para atender à triste realidade que passa, hoje, o povo brasileiro, sofrendo nas mãos daqueles criminosos de alta periculosidade que, ainda assim, encontram uma brecha na lei para saírem nesses feriados e, infelizmente, cometerem crimes que tiram a vida de inocentes”, disse o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A expectativa do relator da matéria é de que o texto seja aprovado sem dificuldade. “Até aqueles que estavam se encorajando a defender um absurdo desse, que seria manter as saidinhas em feriados, sequer vieram à Comissão de Segurança Pública, hoje (ontem), porque sabiam que, aqui, o quórum estava favorável para acabar com as saidinhas”, avaliou.

O relator do projeto acatou uma emenda proposta pelo senador Sérgio Moro (União -PR), que mantém o benefício da saidinha para presos matriculados em cursos profissionalizantes ou nos ensinos médio e superior. “Apresentei uma emenda para que fosse preservada atividade de ressocialização para educação de presos em semiaberto, mesmo assim, colocamos uma ressalva para que, a presos condenados por crimes violentos ou com grave ameaça contra a pessoa, não seja permitida a saída temporária”, explicou Moro.

“É uma emenda importante porque promoveu um aprimoramento do texto e permitiu que alcançássemos um consenso para aprovação desse projeto por toda a comissão, em unanimidade”, comemorou o ex-ministro da Justiça. Por conta dessa alteração, se o projeto for aprovado em plenário do Senado, voltará à apreciação da Câmara dos Deputados.

O projeto também torna mais rígidas as condições para a progressão de pena. De acordo com o texto, o preso só poderá ir do regime fechado ao semiaberto ou aberto se “ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico”.

O objetivo do exame, entre outros, é averiguar se o apenado é capaz de se adequar ao novo formato de regime “com autodisciplina, baixa periculosidade e senso de responsabilidade”. Em relação ao monitoramento eletrônico, o texto estabelece que o juiz pode determinar a fiscalização para penas a serem cumpridas nos regimes aberto ou semiaberto ou conceder progressão para tais regimes; aplicar pena restritiva de direitos que estabeleça limitação de frequência a lugares específicos; e conceder a liberdade condicional.

SAÚDE

Com 40 mortes, dengue vira prioridade nacional

» LUANA PATRIOLINO

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou, ontem, que o governo federal está atuando para ampliar a produção e distribuição da vacina contra a dengue. Em pronunciamento oficial gravado e veiculado em rede de rádio e TV, ela disse que o combate à doença é prioridade da pasta e pediu colaboração de governadores e prefeitos.

Trindade ressaltou que as doses de vacina disponíveis no país são destinadas, inicialmente, para crianças de 10 a 14 anos, devido à limitação das unidades. Para o restante da população, a imunização ocorrerá de forma progressiva.

“Várias cidades brasileiras estão enfrentando situação de emergência devido ao grande aumento dos casos de dengue. O calor recorde e as chuvas acima da média, desde o ano passado,

aumentaram os focos do mosquito transmissor. Essa situação exige ações adicionais do governo federal, dos governadores, dos prefeitos e de toda a população”, destacou.

“Os critérios de distribuição inicial para um grupo de municípios foram baseados na incidência da doença e definidos pelo Ministério da Saúde e pelos conselhos nacionais de secretários de Saúde de estados e municípios. Entre o grupo para o qual a vacina foi autorizada, serão imunizadas as crianças de 10 a 14 anos”, afirmou.

O pronunciamento durou quatro minutos. Nísia Trindade ressaltou que, apesar da pouca quantidade de vacinas disponíveis, o país já começou a imunizar alguns grupos por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a pasta, o Brasil é o primeiro país do mundo a oferecer o imunizante na rede pública.

A ministra também informou que o governo está dando total prioridade para a situação e que ampliou em R\$ 1,5 bilhão o repasse de recursos para estados e municípios.

Vítimas

O Ministério da Saúde divulgou, ontem, que o Brasil atingiu a marca de 40 mortes confirmadas por causa da dengue. Segundo a pasta, outros 265 óbitos estão em investigação para saber se há relação com a doença. Até o momento, há 364.855 casos prováveis em todo país.

Minas Gerais é a unidade da Federação com maior número de casos: 121.161 diagnósticos, sendo o segundo estado com maior coeficiente de incidência com 589,9 por 100 mil habitantes.

O DF registra 47.224 infecções e está em primeiro lugar na incidência: 1.676,4 notificações por 100 mil

Governo do Brasil/YouTube



Nísia Trindade, na TV: é preciso que as pessoas ajudem na prevenção

habitantes. O Acre, com 4.139 casos prováveis, é o terceiro estado no registro de incidência com 498,7 a cada 100 mil pessoas.

A ministra chamou atenção para a responsabilidade da

população no combate à dengue. “Você, cidadão, também tem um papel decisivo na prevenção. Precisamos dobrar os cuidados com as nossas casas e nas áreas em volta delas.”